



Excesso de Impostos e Curva de Laffer

Artur Soares Alves

6-Dez-2012

A carga fiscal vai ser, daqui em diante, o problema número um do País. Incapaz de se reformar, o Estado vai necessitar de quantias cada vez mais avultadas para continuar o rumo que mantém desde há dezenas de anos. Tendo perdido o crédito externo, somente pelos impostos conseguirá os recursos financeiros de que necessita.

Um sistema fiscal baseia-se no poder que tem o Estado de retirar ao cidadão uma parte do rendimento que este obteve legitimamente. Este poder é discricionário, seja exercido por um rei absoluto, um ditador ou um parlamento eleito. Nada limita o poder de lançar impostos, nem o direito natural dos governados, nem considerações de carácter económico.

Na realidade o único fator que modera o Estado é uma realidade contra a qual o Estado nada pode — *o excesso de imposto mata o imposto*. Portanto, dependendo da época e das circunstâncias há uma espécie de limite natural ao que o Estado pode retirar aos cidadãos. A história, por vezes trágica, da fiscalidade mostra que quando este limite não é respeitado a sociedade se desagrega e a ordem social se quebra irremediavelmente.

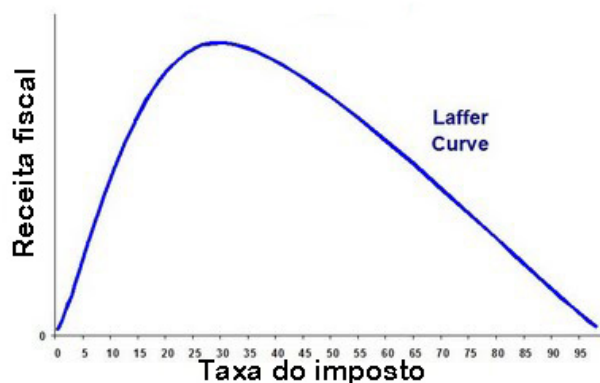
Este limite natural é, afinal, o limite do poder que um homem tem sobre outro, digamos, como o dono e o escravo. Mas este limite depende das vantagens que o escravo representa para o dono. Um estudo comparativo mostra que os escravos negros das plantações americanas do século XIX eram tratados com mais cuidado do que os presos políticos, transformados em escravos, no *goulag* do estalinismo; [aqui](#). De facto, os primeiros representavam um capital valioso para o dono da plantação, enquanto os segundos eram apenas objetos sem valor para o comandante do campo.

A curva de Laffer¹

A curva de Laffer é uma ilustração gráfica deste limite natural à taxa do imposto. Parte do princípio de que existe uma relação entre a taxa t do imposto e a receita fiscal R e que esta relação é uma função matemática. Para traçar o gráfico desta função marcamos os valores de t no eixo horizontal e os valores de R no eixo vertical.

Se $t = 0\%$, isso significa que não há imposto a pagar, logo, a receita é nula, isto é, $R = 0$. Se $t = 100\%$, isso significa que o Estado se apodera da totalidade dos ganhos do cidadão. Este perde tudo o que ganha, ficando com zero quer produza, quer não produza. Mesmo numa sociedade escravagista² a única consequência é o definhar dos produtores e uma receita nula, isto é, também $R = 0$.

Ora, se partirmos da taxa $t = 0\%$ e aumentarmos t , também R aumenta. Porém, R não pode aumentar sem parar porque sabemos que ela tem que se anular se a taxa for 100% . Destas considerações provém a forma da curva de Laffer como é hábito encontrar.



Então a curva de Laffer indica que a receita fiscal vai subindo com o aumento da taxa mas que chega a um certo valor de t em que a receita fiscal começa a diminuir e a aproximar-se de zero quando t se aproxima de 100% .

Há alguma confirmação empírica neste raciocínio:

“O Tesouro americano verificou isto desde cedo quando a taxa de imposto sobre o rendimento saltou de 7% em 1916, para 77% em 1921, produziu quase a mesma receita fiscal³:

Rendimentos acima de \$300.000		
Ano	Taxa	Receita fiscal à taxa progressiva
1916	7%	\$ 81.404.194
1921	77%	\$ 84.797.344

Tudo isto é fácil de compreender em termos da natureza humana. Em primeiro lugar se o indivíduo tem que produzir bens no valor de 100 euros para ganhar 23 (taxa de 77%), é grande o incentivo para não produzir. Todavia, o maior efeito deve sentir-se na fuga aos impostos e nas distorções da economia.

De facto, com taxas extorsionárias desta ordem é preferível mobilizar o próprio esforço para as atividades que diminuem os impostos a pagar. O empreendedor já não se guia pelas necessidades do mercado mas sim pelos pormenores do código fiscal. Expande-se a profissão de fiscalista e criam-se empregos no setor, porém esta é mais uma forma de produzir serviços não-transacionáveis.

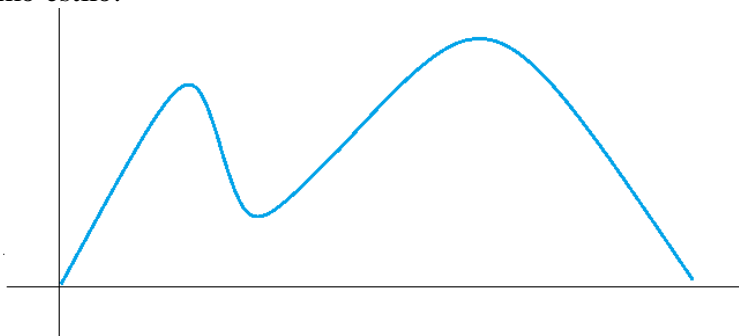
Tudo isto junto diminui a criação de riqueza, o que se reflete na receita fiscal. No fundo a curva de Laffer é uma ilustração gráfica dos efeitos agregados da fiscalidade. A sua expressão exata não pode ser determinada, logo não serve de base para o cálculo dos efeitos numéricos exatos de uma subida ou de um abaixamento de impostos.

A crítica da curva de Laffer

Por várias razões, entre elas as assinaladas, a curva de Laffer tem sido sujeita a críticas variadas. Porém, um aspeto notável é que a sua forma provém de um teorema que se estuda no primeiro ano das universidades, chamado *teorema de Rolle*:

Seja $f(x)$ uma função definida no intervalo $[a, b]$, contínua e derivável. Se $f(a) = 0$ e $f(b) = 0$ então existe pelo menos um ponto interior c onde a derivada se anula, isto, é $f'(c) = 0$.

Em todo o caso, para sermos rigorosos temos que assinalar que a forma da curva de Laffer acima não é imposta pelo teorema de Rolle, sendo possível a forma seguinte e outras do mesmo estilo.



Neste caso, após um período de queda da receita fiscal, segue-se um novo período de subida desta. Contudo, esta última curva não é convexa nem côncava, o que a coloca fora dos modelos habituais em Economia.

A curva de Laffer e a política

Quando a receita fiscal começa a baixar depois de ter atingido o máximo, isso significa que a fiscalidade está a sufocar a economia. Racionalmente seria o momento de baixar os impostos. Porém, os comportamentos racionais não são de esperar quando a autoridade está repartida por uma miríade de focos de poder.

A razão é simples. Baixar os impostos significa assumir *a priori* uma diminuição na receita. As despesas do Estado têm que ser, também *a priori*, diminuídas. Ora todos os serviços do Estado, assim como os fornecedores deste, entendem que não devem ser atingidos pelo corte das despesas. Aparecem as doutrinas mais fantasistas sobre as finanças públicas e o governo acaba por aumentar os impostos, embora sabendo que a receita fiscal diminuirá. A curva de Laffer é assim um simples aviso, mas somente perante a perspectiva de uma catástrofe, ou perante revolta popular, o governo se sentirá com energia para impor a sua vontade aos tais inúmeros focos de poder e tomar a única medida racional — o abaixamento dos impostos.

FIM

¹ Ver [Arthur Laffer](#).

² Uma sociedade escravagista não funciona com $t = 100\%$. De facto, à partida, tudo o que o escravo produz é pertença do plantador. Porém o plantador tem que alimentar o escravo e zelar pela sua saúde, isto é, tem que devolver ao escravo uma parte do valor que este criou. Nesse caso, t poderá ser talvez 85%, nunca pode ser 100%.

³ Charles Adams — *For Good and Evil. The impact of taxes on the course of civilization*, pág. 431.